

### **3. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS:**

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as propostas de apoio financeiro às seguintes freguesias:

- **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Vicente e Sto. Estêvão)**, no valor de **5.639,20 €**, destinado a apoiar a **"Requalificação da Antiga Escola Primária: Cobertura do telheiro exterior – Penso S. Vicente"**, conforme documentos anexos ao processo, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais;
  
- **Freguesia de Adaúfe**, no valor de **3.277,04 €**, destinado a apoiar a **"Mudança de Paragem do BUS na Rua da Presa"**, conforme documentos anexos ao processo, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
  
- **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Vicente e Sto. Estêvão)**, no valor de **10.000,00 €**, destinado a apoiar a **"Aquisição de viatura para Serviços Diversos de Apoio da Autarquia"**, conforme documentos anexos ao processo, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais;
  
- **União das Freguesias de Vilaça e Fradelos**, no valor de **44.301,28 €**, destinado a apoiar a obra do **"Parque Infantil de**

**Fradelos”,** conforme documentos anexos ao processo, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais;

- **Junta de Freguesia de Esporões,** no valor de **46.819,14 €**, destinado a apoiar a obra do **“Parque de Lazer das Boucinhas”,** conforme documentos anexos ao processo, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais;

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à União de Freguesias de **ESCUDEIROS E PENSO (S. Vicente e Stº Estêvão)**, destinado a apoiar a **“Requalificação Antiga Escola Primária: Cobertura do telheiro exterior – Penso de S. Vicente”** no valor de **5.639,20€** (cinco mil seiscientos e trinta e nove euros e vinte cêntimos).

Após a realização dos trabalhos para os quais será concedido o presente apoio, a Junta de Freguesia terá que apresentar relatório comprovativo da afetação da verba à execução desses mesmos trabalhos.

Braga, 29 de Junho de 2020

Presidente da Câmara Municipal de Braga

  
/ Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio /

R.C. -----/----- / 2020

A.M. -----/----- / 2020

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à Freguesia de **ADAÚFE**, destinado a apoiar a **“Mudança de Paragem do BUS na Rua da Presa ”** no valor de **3.277,04€ (três mil duzentos e setenta e sete euros e quatro cêntimos)**.

Após a realização dos trabalhos para os quais será concedido o presente apoio, a Junta de Freguesia terá que apresentar relatório comprovativo da afetação da verba à execução desses mesmos trabalhos.

Braga, 29 de Junho de 2020

Presidente da Câmara Municipal de Braga



/ Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio /

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à **U.F. de ESCUDEIROS E PENSO (S.Vicente e Stº Estêvão)**, destinado a apoiar a **“Aquisição de Viatura para Serviços Diversos de Apoio da Autarquia”** no valor de **10.000,00€** (Dez mil euros).

- a) **Sempre que o Município necessitar e a viatura esteja disponível a mesma deverá ser cedida ao Município.**
- b) **Deverá ser entregue a este Município documento comprovativo da aquisição para posteriormente ser transferida a verba correspondente.**

Braga, 03 de Julho de 2020

Presidente da Câmara Municipal de Braga

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à União das Freguesias de **VILAÇA e FRADELOS**, destinado a apoiar a obra do **“Parque Infantil de Fradelos”**, no valor de **44.301,28€** (quarenta e quatro mil trezentos e um euros e vinte e oito cêntimos).

Após a realização dos trabalhos para os quais será concedido o presente apoio, a Junta de Freguesia terá que apresentar relatório comprovativo da afetação da verba à execução desses mesmos trabalhos.

Braga, 29 de Junho de 2020

Presidente da Câmara Municipal de Braga



/ Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio /

## PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à Freguesia de **ESPORÕES**, destinado a apoiar a obra do **“Parque de lazer das Boucinhas”**, no valor de **46.819,14€** (quarenta e seis mil oitocentos e dezanove euros e catorze cêntimos).

Após a realização dos trabalhos para os quais será concedido o presente apoio, a Junta de Freguesia terá que apresentar relatório comprovativo da afetação da verba à execução desses mesmos trabalhos.

Braga, 29 de Junho de 2020

Presidente da Câmara Municipal de Braga



/ Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio /